

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quinta-feira, 13 de junho de 2013

CLIPPING LOCAL MÍDIA IMPRESSA Manaus, quinta-feira, 13 de junho de 2013

JORNAL DO COMMERCIO Frente & Perfil
JORNAL DO COMMERCIO Indústria quer participar das discussões
JORNAL DO COMMERCIO SUFRAMA
JORNAL DO COMMERCIO INDÚSTRIA
JORNAL DO COMMERCIO Corecon/AM critica adiamento da lei
JORNAL DO COMMERCIO Corecon/AM critica adiamento da lei (continuação)
A CRITICA Sim & Não
A CRITICA Hoje
A CRITICA Estudos
A CRITICA Finanças
A CRITICA Cobrança
A CRITICA Júlio Ventilari
DIÁRIO DO AMAZONAS Governo lança linha de crédito para a compra de móveis e eletrodomésticos
MASKATE Fala Sério
MASKATE Fala Sério (continuação)



Frente & Perfil

Paris, RJ e AM

Nesta sexta-feira (14) será realizado na sede da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), o seminário "Polo Industrial de Manaus: Estrutura Produtiva e Condições de Trabalho", que apresentará resultados de pesquisas acadêmicas relativas à Zona Franca de Manaus.

O evento é uma realização da Suframa em parceria com o Departamento de Econo-mia da Faculdade de Estudos Sociais da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), o Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a Universidade Paris-Dauphine, com o apoio do Projeto NOPOOR Comissão Europeia, Agence
 National de La Recherche Appel Suds (projet), CNPq. A programação ocorrerá de 9h às 12h e das 14h às 18h, no auditório Floriano Pacheco, sede da autarquia.

CGCOM / Suframa 1 / 15

Indústria quer participar das discussões

Opinião parlamentar

A ideia é de regulamentar a operação através do Proama e começar a cobrar das empresas pelo abastecimento de água no Distrito Industrial e nos grandes condomínios, segundo os parlamentares que compõem a Comissão de Gestão e serviços Públicos da Aleam, presidida pelo deputado do PSD, Chico Preto, há um consenso de quem vai pagar a conta do programa, é o distrito industrial, os grandes condomínios e os consumidores que gastarem acima de 15 metros cúbicos por mês.

O deputado petista, José Ricardo também aguarda pelo agendamento da próxima reunião para tratar do tema, mas devido ao tempo que já passou, ele pretende oficiar o pedido da nova data, e na oportuni-

dade sugerir para que o convite para participação da Audiência Pública seja extensivo a todos os setores que utilizam poços artesianos, semi-artesianos e outras formas de abastecimento de água que não proveniente da empresa concessionária detentora deste servico público essencial. "Precisamos agilizar as discussões para que tenhamos tempo de chegar a um consenso para evitar que decisões sejam tomadas a toque de caixa, sem maiores critérios. Temos que reunir com as entidades de classe, representantes de condomínios, instituições de ensino, institutos especializados em recursos hídricos e a empresa Manaus Ambiental, para discutir em âmbito municipal e estadual" disse José Ricardo ao Jornal do Commercio.

Por dentro



POÇO ARTESIANO E SEMI-ARTESIANO

- √ Mais profundo que os comuns, um poço tubular profundo, popularmente chamado de poço artesiano, pode ter profundidade superiores a 100 metros e apresentar uma grande vazão;
- ✓ Segundo a literatura, um poço artesiano convencional não requer equipamento de bombeamento, pois a água jorra para fora do poço;
- Já os poços popularmente chamados de semi-artesíanos, normalmente possuem profundidade menor que a do poço tubular profundo e não são jorrantes, portanto precisam de um equipamento de bombeamento para trazer a áglua até a superficie;
- ✓ Em grandes centros urbanos o custo de perfuração de um poço artesiano é considerado por alguns, áito, mas a longo prazo os custos são diluídos, sendo que o interessado terá sua própria fonte, desvinculando-se parcialmente da companhia de fornecimento local.
- ✓ Se o poço suprir totalmente as necessidades, paga-se à companhia apenas a taxa de esgoto, caso este seja lançado à rede pública para tratamento;
- ✓ Outra vantagem é a garantia do abastecimento durante racionamentos de água em épocas de maior consumo, como o verão principalmente em grandes centros urbanos.

Por Tanair Maria

ntidades de classe e parlamentares estão na expectativa para debater as que legais e operacionais do Proama (Programa Águas para Manaus). Ainda sem agendamento de data para retomar a discussão sobre a complexa administração e execução do programa diante da possibi-lidade do Distrito Industrial aderir ao sistema de abastecimento de água ofertado pelo Proama em detrimento ao uso dos pocos artesianos e semi-artesianos exclusivamente utilizados pelas empresas sediadas naquele bairro, levantada por parlamentares em audiência pública realizada na Aleam (Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas), no início

deste mês.

Procurado pelo Jornal do Commercio, o Cieam (Centro da Indústria do Estado Amazonas) afirmou que primeiro é preciso trazer ao presente a história do gerenciamento dessa questão. Desde que as empresas começaram a se implantar no distrito industrial, foram obrigadas a enfrentar o problema de abastecimento de água e encontrar soluções. Por conta da baixa qualidade e alto teor corrosivo da água oferecida na rede pública, as empresas se viram obrigadas a investir em poços próprios e implantaram ias estações de tratamento, visando atender as exigências técnicas da rotina produtiva. Os equipamentos sofisticados demandam especificações rigorosas de qualidade e acompanhamento permanente.

O Diretor Executivo do

Cieam, Ronaldo Mota diz que as empresas estão abertas a debater as questões no âmbito de seus objetivos e responsabilidades e que também gostariam de debater os critérios e premissas do aparato legal, com ênfase no custo e na qualidade da água, objeto do programa. "É nosso dever registrar e enaltecer a implantação do Proama, e os avanços no equacionamento do problema que isso significa. É preciso deixar claro o custo para a indústria do novo sistema e a qualidade da água a ser oferecida", frisou Mota.

Suframa

Como o assunto diz respeito especificamente às empresas do PIM (Polo Industrial de Manaus), a Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus) recomendou ao JŒ procurar as instituições representativas da Indústria para tratar do tema.

Fleam

De acordo com o Sistema Fieam (Federação das Indústrias do Estado do Amazonas), esta questão foi repassada para o Cieam, onde a abrangência e proximidade do tema são maiores e pertinentes à entidade de classe.

Manaus Ambiental

A empresa concessionária dos serviços de tratamento e abastecimento de água na capital, Manaus Ambiental ficou de se manifestar através de nota. O 30 aguardou até o fechamento desta matéria, sem êxito.

CGCOM / Suframa 2 / 15



SUFRAMA

Seminário avalia trabalho no Polo Industrial de Manaus

Nesta sexta-feira (14) será realizado na sede da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), o seminário "Polo Industrial de Manaus: Estrutura Produtiva e Condições de Trabalho", que apresentará resultados de pesquisas acadêmicas relativas à Zona Franca de Manaus.

O evento é uma realização da SUFRAMA em parceria com o Departamento de Economia da Faculdade de Estudos Sociais da Universidade Federal do Amazonas - UFAM. o Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e a Universidade Paris-Dauphine, com o apoio do Projeto NOPOOR - Comissão Europeia, Agence National de La Recherche - Appel Suds (projet), CNPq. A participação é gratuita e aberta a todos os interessados.

A programação ocorrerá das 9:00 às 12:00 e das 14:00 às 18:00 no auditório Floriano Pacheco, na sede da Suframa, e conta com palestrantes da SUFRAMA, Universidade Paris-Dauphine, UFAM e UFRJ.

Entre os temas a serem apresentados destacam-se: "O Polo Industrial de Manaus nas Relações Intersetoriais Amazonenses: o retrato

pela Matriz Insumo-Produto (MIP) de 2006"; "A inserção de Manaus nas cadeias globais de valor; Aspectos da adição de valor do PIM no período de 1996 a 2010"; "Centralização versus democratização em processos decisórios do modelo ZFM": "O mercado de trabalho da ZFM 2003-2010; "Pobreza e distribuição de renda na ZFM em 2000 e 2010"; "Os regimes especiais da ZFM e trabalho produtivo e reprodutivo das manauaras"; "Os executivos das transnacionais e a reprodução das desigualdades sociais".

De acordo com o professor doutor Mauro Thury de Vieira Sá, do Instituto de Economia da Universidade Federal do Amazonas, um dos coordenadores do evento, o seminário foi idealizado a partir das visitas dos professores Jean-Marc Siroen (DIAL-IRD/Université Paris-Dauphine) e Marta Castilho (IE-UFRJ) à UFAM e à Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), que identificaram a confluência de projetos de pesquisa e estudos sobre o tema, o que levou à continuidade do diálogo entre as instituições.

CGCOM / Suframa 3 / 15



INDÚSTRIA

Emprego no setor fica estável em abril

Apesar da retomada recente da produção da indústria, o emprego no setor ainda patina.

Em abril, o total do pessoal ocupado assalariado na indústria ficou estável na comparação livre de influências típicas de cada período (sazonais) com março, segundo pesquisa do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) divulgada hoje.

O dado mostra uma freada do emprego em abril, após variação positiva de 0,2% em março. Em fevereiro, o índice também havia sido estável.

Na comparação com abril de 2012, o emprego no setor teve queda de 0,5%. Foi o 19º resultado negativo consecutivo nesse tipo de comparação, segundo o IBGE. Para o instituto, porém, a tendência de retração nas contratações tem sido atenuada a cada mês. O tombo de abril foi o menos intenso desde janeiro do ano passado (-0,4%).

Diante desses resultados, o índice acumulado para o primeiro quadrimestre de 2013 registrou queda de 0,9%, também num ritmo mais brando do que o do o último quadrimestre de 2012 (-1,4%). No acumulado dos últimos doze meses, a retração foi de 1,3% até abril de 2013.

Produção

Dados do IBGE divulgados na semana passada mostraram que, em abril, a produção industrial manteve a tendência de crescimento registrada de fevereiro para março e avançou 1,8% na comparação livre de influências sazonais com março.

CGCOM / Suframa 4 / 15



Corecon/AM critica adiamento da lei

Por Osvaldo Henriques

população amazonense já pagou R\$ 3,9 bilhões em impostos em 2013, o que equivale a aproximadamente R\$ 1 milhão por hora. Dados do IBPT (Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário) mostram que o brasileiro trabalha aproximadamente 150 dias por ano apenas para pagar impostos. São quase cinco meses, o que equivale a 41,08% do seu rendimento bruto destinados apenas para pagar tributos sobre os rendimentos, consumos, patrimônios entre outros gastos.

Nesta segunda-feira entraria em vigor a lei nº 12.741/12, que obriga a informação da carga tributária dos produtos e serviços nos cupons e notas fiscais ao consumidor. No entanto o governo prorrogou em um ano o prazo para que as empresas e estabelecimentos pudessem se adequar as novas regras. A medida, considerada um grande avanço pelo presidente do Corecon-AM (Conselhor Regional de Economia), Marcus Evangelista, por despertar a consciência tributária do brasileiro, que terá melhores condições de cobrar o retorno dos valores arreca-

dados.
"A lei age de acordo com o interesse da sociedade. O consumidor se pergunta por que nossos preços são tão caros mas desconhece uma carga tributária tão abusiva como a nossa. Esse adiamento prejudica pois é uma questão que já deveria ter sido feita muito antes", critica Marcus Evangelista. Para o presidente do Corecon-AM, o adiamento ocorreu em virtude das eleições de 2014. "Acredito inclusive que esse adiamento deva ser por motivos eleitorais. Pois se o

consumidor ver todo dia quanto ele paga de tributo sendo jogado na cara dele ele vai perceber que alguma coisa no poder tem que ser mudada", opina. Segundo o levantamento feito

pela IBT o percentual dos salários dos brasileiros que são destinados a impostos e tributos tem crescido a cada ano. Em 2011 esses valores equivaliam a 40,82% do rendimento, em 2012 40,98%. Em 2012 a arrecadação tributária no país chegou a R\$ 1,57 trilhão, em 2013 a previsão é de que aja um crescimento de R\$ 200 milhões, chegando a R\$ 1,77 trilhão. Somente no Amazonas serão mais de R\$ 10 bilhões arrecadados esse ano. Marcus Evangelista critica o aumento atribuindo-o a questões históricas e ao excesso de diferentes tipos de taxas aplicadas no Brasil. "É difícil resolver por que mexe com coisas grandes, com poder federal e estadual. O empresário perde pouco com isso pois, acaba colocando tudo no preço final, até por que se não fecha as portas. O grande prejudicado sempre é o consumidor. Mas a reforma tributaria deve ocorrer o quanto antes",

Retorno ruim

O presidente-executivo do IBPT, João Eloi Olenike, comenta que 'apesar de contribuir cada vez mais com a crescente arrecadação tributaria do país, o brasíleiro continua não vendo a adequada aplicação destes recursos em serviços públicos de qualidade, principalmente nos setores de educação, saúde, segurança e outros fundamentais para que a sociedade se desenvolva".

Um estudo realizado em 2012 pelo IBPT entre os 30 países com maior carga tributária do mundo, que leva em conta a relação entre carga tributária, PIB (Produto Interno Bruto) e IDH (Îndice de Desenvolvimento Humano) constatou que o Brasil é o país que proporciona o pior retorno dos valores arrecadados em prol do bem-estar da sociedade. A Austrália, seguida dos Estados Unidos, Coréia do Sul e Japão, respectivamente, são os países que fazem a melhor aplicação dos tributos arrecadados. Ó Brasil ficou atrás, inclusive, dos demais países da América Latina.



O consumidor se pergunta por que nossos preços são tão caros, mas desconhece uma carga tributária tão abusiva



CGCOM / Suframa 5/15



Corecon/AM critica adiamento da lei (continuação)

Produtos chegam a custar até 300% mais

Para se ter uma ideia da influência dos tributos na vida do brasileiro, se compararmos o preço de alguns produtos no Brasil em relação a outras lugares no mundo a diferença no valor do preço que é cobrado do consumidor é altíssima, chegando a 300% em alguns dos casos. Um estudo da IBPT comparando o preço de alguns produtos no Brasil e em Miami revela que um Notebook que aqui sai por R\$ 2.990, chega a custar R\$ 960,00 na cidade americana. Um celular da Samsung que em Miami custa R\$ 211,00 no Brasil não sai por menos R\$ 1.150. O estudo levou em conta o Sales Tax, imposto sobre vendas dos Estados Unidos, incidente sobre

equivale a 7%.

Entre os produtos mais consumidos no Dia dos Namorados, em alguns casos, a taxa de impostos chega a equivaler

Por dentro

o consumo, que em Miami a mais de 70% do preço do

produto. Quem escolheu presentear a namorada(o) com perfume por exemplo pagou 78,43% em impostos para produtos importados e 69,13% para perfumes nacionais. Em uma garrafa de vinho em média 54,73% do valor é apenas de impostos. No valor total de um jantar em um restaurante em média 32,31% do que é pago é de tributos. O tradicional cartão, distribuídos em datas festivas, tem 37,48% do seu preço advindo do valor tributário.



PREÇOS – ESTADOS UNIDOS X BRASIL

PRODUTO	EUA (R\$)	BRASIL(R\$)
Notebook Sony	960,86	2.990,00
Celular Samsung Galaxy	211,86	1.169,10
IPAD 2	853,86	1,349,00
Camisa Polo Lacoste	117,66	190,00
Óculos de Sol estilo Aviador Ray-Ban	318,78	715,00
Calça Skinny Fit Jeans Levis	70,40	239,00

Fonte: IBPT (Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário)

Agenciamento de cargas Internacionais

(092) 3612-0164

www.amazoncargo.com.br

CGCOM / Suframa 6 / 15

Sim & Não

Aécio conta com palanque de Rebecca

A coordenação de campanha do senador Aécio Neves (PSDB-MG) à Presidência traça estratégias no País incluindo a deputada Rebecca Garcia (PP), précandidata ao Governo do Estado, como nome que apoiará a candidatura tucana no Amazonas em 2014. A informação foi publicada ontem no jornal Estado de Minas e é assinada pelo vice-governador mineiro, Alberto Pinto Coelho, que é do PP e que trabalha sua candidatura ao Governo de Minas como o apoio do PSDB. Quadro Na entrevista, Coelho disse: "O nosso partido já tem nove pré-candidatos a governador, dos quais sete deverão acompanhar o senador Aécio Neves para presidente". Diz ainda que visitará os candidatos do PP e que Manaus será seu primeiro destino.

Cobiçada Aliás, Alberto Coelho não foi o único mineiro a considerar Rebecca como candidata a governador. Na semana passada, ela conversou com o ministro Fernando Pimentel (PT) sobre 2014. Nesse caso, porém, ele conta com Rebecca, mas no palanque de Dilma Rousseff.

PP-PSDB Apesar de não haver nada definido, é possível notar a aproximação de Rebecca Garcia aos tucanos no Amazonas. Para se ter ideía, ela falou pela Prefeitura no Ministério da Cidades, na semana passada, e, na segunda-feira, se encontrará com a base de Artur na CMM.

Satisfação O ex-prefeito Amazonino Mendes (PDT) não revelou o conteúdo da conversa que teve na terça-feira com o governador Omar Aziz (PSD), * mas fez questão de demonstrar ontem para aliados que ficou muito satisfeito com o encontro.

Satisfação Na terça-feira, depois que se reuniu com o exprefeito, Omar rasgou elogios a Amazonino, dizendo que ele "renovou sua capacidade intelectual" e que faz muita falta na política.

Insatisfeitos A bancada de

aliados insatisfeitos com o prefeito Artur Neto (PSDB) começa a se expor na CMM. Na votação do reajuste dos professores, ontem, até o vereador Professor Samuel, do PPS, partido do vice, Hissa Abrañão, votou contra o índice de 10% concedido.

Fujona Eleita no ano passado com o nome Professora Jacqueline (PPS), a vereadora não compareceu à votação do reajuste da categoria. Ela viajou para Brasília.

Cutucada Jacqueline não escapou da cutucada da colega de câmara e de profissão, a vereadora Professora Therezinha Ruiz (DEM), que visivelmente constrangida com o reajuste aprovado, declarou: "Peço compreensão dos

colegas, mas eu não fujo da votação nem viajo".

Nomeação O advogado Delcio Santos, que já trabalhou como advogado do senador Eduardo Braga (PMDB), agora vai atuar como julgador do parlamentar, considerando que o senador deverá ser candidato a governador. Delcio foi nomeado ontem pela presidente Dilma para compor a Corte do TRE-AM.

Tropeço Desde que a escolha começou, há mais de um ano, Délcio era tratado como favorito. No entanto, enfrentou tropeço. O ministro do TSE Marco Aurélio Mello contestou a idoneidade do advogado, acusando-o de falsidade ideológica, situação que ele só conseguiu sanar este ano.

PINGA FOGO

O deputado Átila Lins (PSD) vai fazer parte da comissão que analisará a PEC 339/2009 que concede adicional noturno a policiais militares, civis e bombeiros. A matéria foi desengavetada esta semana.

O ex-prefeito de Manaus Serafim Corréa (PS8) receberá titulo benemérito da Academia Amazonense de Letras. A solenidade ocorrerá no próximo dia 21, às 19h30, na sede da institucião.

Clima tenso em Maués. Estudantes, professores, agentes de saúde demitidos e até peixeiros organizam um ato contra a administração local. Para tentar esvaziar o movimento, o prefeito Carlos Góes (PT) marcou o pagamento de beneficio social para sábado.

CGCOM / Suframa 7 / 15



Hoje

Anúncio de R\$ 180 mi em reunião do Condel

Evento, em Macapá (AP) terá a presença do ministro da Integração Regional, Fernando Bezerra

PROCEDÊNCIA? A Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) realiza hoje, em Macapá, a primeira reunião do ano do Conselho Deliberativo (Condel) do órgão.

Na ocasião será anunciada uma nova linha do Fundo Constitucional do Norte (FNO) que vai disponibilizar, só este ano, R\$ 180 milhões de crédito para as áreas da tecnologia, ciência e inovação.

Qualquer empresa de pesquisa pública e privada da Região Norte poderá ter acesso ao crédito, oferecido pelo Banco da Amazônia (Basa), parceiro da Sudam.



Fernando Bezerra anunciará recursos federais

CONDEL

A reunião do Condel será presidida pelo ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra Coelho, que vai anunciar recursos federais para a Região Amazônica, que serão conhecidos durante o evento.

De acordo com informações da assessoria de imprensa da Sudam, o ministro também deve detalhar sobre uma nova li-

Colegiado

Instalado no dia 30 de maio de 2008, o Condel é um órgão colegiado da Sudam que dentre outras atribuições a ele compete acompanhar e avaliar a execução dos planos dos programas e projetos regionais da Amazônia.

nha de crédito via Banco da Amazônia para o setor pesqueiro da região.

Os recursos dessa linha de financiamento serão destinados à compra de novas embarcações de ferro em substituição às de madeira para quem trabalha com a pesca exploratória nos Estados do Amazonas e Pará.

PROGRAMAÇÃO

A reunião do Conselho Deliberativo da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Condel) acontece dentro da programação do seminário "Desenvolvimento Regional da Amazônia", de autoria do senador João Capiberibe.

O evento vai debater questões relacionadas às perspectivas para o futuro da região, linhas de créditos para investimentos e aplicação de verbas para a área, tendo como debatedores o Ministério da Integração Nacional (MI), Sudam, Suframa e Banco da Amazônia.

O Condel é o órgão máximo de deliberação da Sudam. Presidido pelo MI, o conselho é integrado por 23 conselheiros representados pela Sudam, Banco da Amazônia, os nove governadores da Amazônia Legal, representantes das classes empresarial e de trabalhadores (comércio, indústria e agricultura) além de Prefeituras e Ministérios da Fazenda e Planejamento O Condel realiza reuniões itinerantes pelos estados amazônicos a cada três meses.

CGCOM / Suframa 8 / 15



Estudos

ZFM em perspectiva nesta sexta

Amanhã será realizado, na sede da Suframa, no Distrito Industrial, o seminário "Polo Industrial de Manaus: Estrutura Produtiva e Condições de Trabalho", que apresentará resultados de pesquisas acadêmicas relativas à Zona Franca de Manaus.

O evento é uma realização da Suframa em parceria com o Departamento de Economia da Faculdade de Estudos Sociais da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), o Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e a Universidade Paris-Dauphine, com o apoio do Projeto NOPOOR - Comissão Europeia, Agence National de La Recherche - Appel Suds (projet), CNPq. A participação é gratuita e aberta a todos os interessados. A programação ocorrerá das 9h às 12h e das 14h às 18h.

Entre os temas a serem apresentados destacam-se: "O Polo Industrial de Manaus nas Relações Intersetoriais Amazonenses: o retrato pela Matriz Insumo-Produto (MIP) de 2006"; "A inserção de Manaus nas cadeias globais de valor; Aspectos da adição de valor do PIM no período de 1996 a 2010"; "Centralização versus democratização em processos decisórios do modelo ZFM"; "O mercado de trabalho da ZFM 2003-2010; "Pobreza e distribuição de renda na ZFM em 2000 e 2010", entre outros.

CGCOM / Suframa 9 / 15



Finanças

Governo abre mão de IOF

BRASÍLIA (AE) O ministro da Fazenda. Guido Mantega, anunciou. na noite de ontem, a retirada do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) de 1% sobre a posição vendida líquida (diferença entre posição vendida e posição comprada bruta) no mercado de derivativos cambiais. A cobranca se dava sobre o aumento na posição vendida ou redução na posição comprada.

"Quando você fica vendido, significa que você vai ter de entregar dólar, então você ajuda a desvalorizar o dólar. Em 2011, os aplicadores estavam vendidos e o dólar estava se desvalorizando e o real se valorizando. Havia aumento de posição vendida, de modo que estava prejudicando a atividade, porque as exportações estavam ficando caras em dólar", afirmou o ministro a jornalistas, ao detalhar a decisão.

Mantega afirmou que o objetivo, na época, era diminuir essa posição de modo que a valorização do real não fosse reforçada. "Agora, o cenário mudou. Principalmente diante dessa acomodação do mercado cambial mundial. Estamos tendo, ao invés de desvalorização, valorização (do dólar). Não faz sentido manter o empecilho", disse. "Com isso, haverá, oferta maior de dólar no mercado futuro, com diminuição da desvalorização do real", completou.

10 / 15 CGCOM / Suframa

CGCOM

A CRITICA ECONOMIA

Manaus, quinta-feira, 13 de junho de 2013.

Cobrança

Revisar lei é prioritário, diz CNI

Entidade argumenta que o atual teto do Simples Nacional inibe o desenvolvimento das MPEs

BRASÍLIA (AE) - A revisão da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa deve ser uma prioridade do governo, defendeu ontem a Confederação Nacional da Indústria (CNI). Em nota, a entidade sugere que seja implantado um período de transição para as empresas que ultrapassam o teto do Simples.

Segundo a confederação, essa medida estimularia o crescimento e a formalização dos micros e pequenos empreendimentos no País. "As empresas não têm estímulo nenhum para crescer. Quando chegam no limite do Simples, os empresários preferem criar outra empresa, no lugar de crescer", disse o diretor de Desenvolvimento Industrial da CNI, Carlos Abijaodi, no seminário "Pense nas Pequenas Primeiro".

De acordo com a CNI, o valor dos impostos devidos pela empresa que fatura além do limite máximo aumenta até 34%. Entre os aperfeiçoamentos da lei, o diretor defendeu a criação de um período de transição, com tratamento fiscal diferenciado, para as empresas que ultrapassam o limite máximo de faturamento estabelecido pelo Simples Na-

Saiba mais

>> Compartilhad

O Simples Nacional é um regime compartilhado de arrecadeção, cobrança e fiscalização de tributos aplicável às MPEs, previsto na Lei Complementar or 123, de 14 de dezembro de 2006. Abrange a participação da União, Estados, DF e Municípios e envolve os tributos: IRPI, CSLL, PIS/Pasep, Cofins, IPI, ICMS, ISS e a Contribuição para a Seguridade Social destinada à Previdência Social a cargo da pessoa jurídica (CPP).

Abijaodi sugere também a revisão periódica e sistemática do teto do Simples. A CNI informa que a última atualização ocorreu em 1º de janeíro de 2012, quando o valor máximo subiu de RSS 2,4 milhões para RS\$ 3,6 milhões no caso de pequenas empresas e de R\$\$ 240 mil para R\$\$ 360 mil para as microempresas.

Os ajustes seriam feitos baseados nos custos e na inflação, propõe a confederação. "Hoje o Brasil é um País caro e em expansão, então é preciso que a lei acompanhe esse crescimento", avaliou o diretor.

CGCOM / Suframa 11 / 15



Júlio Ventilari

Indústria verde

A sustentabilidade será discutida por lideranças empresariais, dia 18, nos domínios da Fieam. Um dos convidados é o vice-presidente Institucional de Sustentabilidade da Whirpool, Armando Ennes do Valle Jr. O evento, que tem a parcería do Sesi, leva o rótulo de Encontro Regional Plataforma Liderança Sustentável.

CGCOM / Suframa 12 / 15



Governo lança linha de crédito para a compra de móveis e eletrodomésticos

Beneficiários do 'Minha Casa, Minha Vida' são o alvo

TEXTO Agência Brasil

BRASÍLIA

governo federal lançou linha de crédito especial de R\$ 18,7 bilhões para a aquisição de móveis e eletrodomésticos por beneficiários do Programa Minha Casa, Minha Vida. As famílias poderão financiar até R\$ 5 mil, com taxa de juros de 5% ao ano e prazo de até 48 meses para pagar. O financiamento foi chamado Minha Casa Melhor.

Haverá desconto de 5% na

nota fiscal sobre os preços à vista. As prestações poderão ser pagas por meio de boleto ou débito em conta. A expectativa do governo é que o financiamento beneficie 3,7 milhões de famílias.

Entre os itens que poderão ser adquiridos com a linha especial de crédito estão geladeira, fogão, lavadora de roupas automática, computador, TV digital, guarda-roupa, cama de casal e de solteiro (com ou sem colchão), mesa com cadeiras e sofá. "O objetivo é oferecer condições à família que saiu do aluguel – a dar o segundo passo: montar sua

casa e, assim, melhorar a qualidade de vida", informou o Ministério das Cidades.

Os beneficiários farão as compras por meio de um cartão magnético emitido pela Caixa Econômica Federal, que opera o programa.

O beneficiário poderá contratar o crédito a partir da entrega das chaves do imóvel e precisa estar em dia com as prestações. Se não estiver em dia, precisa regularizar o pagamento e, após dez dias, solicitar o cartão de compras. O cartão deve ser pedido pelo telefone 0800-726-8068.



CGCOM / Suframa 13 / 15



Fala Sério

Norte competitivo (?)

Nesta terça-feira, representantes do governo e do setor privado do Pará estiveram reunidos, na sede da Federação das Indústrias, com os parceiros locais, setor público e entidades, para o lançamento do Projeto Micro-Eixos de Transporte de Cargas dos Estados do Pará, Amazonas e Amapá, cuja



execução ficará a cargo da empresa Macrologística. A idéia teve apoio da FIEAM desde 2010, mas não deixou qualquer resultado para o Amazonas até agora. E isso tornou tenso o debate.

Para pra acertar

O projeto em que a FIEAM apostou muitas fichas não representou qualquer beneficio à ZFM até aqui. Por isso, os vizinhos foram devidamente pressionados para incluir os problemas e projetos locais para todos juntos pressionarem o governo Dilma. Do jeito que está não dá pra continuar.

Presença tímida

Da parte do governo federal, nos últimos 16 anos, da era FHC e Lula, as ações de infraestrutura em logística dos transportes para a economia regional foi a Rodovia 174, ligando Manaus a Boa Vista e construção do Terminal de Cargas Teca II, na gestão tucana, e a cons-



trução do Teca III, no governo Lula.

CGCOM / Suframa 14 / 15



Fala Sério (continuação)

Quase 40 anos

Com a presidente Dilma, na carona da Copa da FIFA, está sendo feita a ampliação do aeroporto Eduardo Gomes, inaugurado em 1976, quase 40 anos depois. A competitividade da ZFM, com efeito, está comprometida não porque Manaus é longe dos centros consumido-



res. Mas por descaso federal mesmo.

Longe é a China

Longe seria a China que, a despeito da localização no outro lado do Planeta, entrega no Porto de Santos um televisor mais barato que um similar produzido em Manaus. E a razão é muito simples: eles investem inteligentemente em infraestrutura e têm uma legislação com uma burocracia simplificada, atenta aos negócios que dão suporte a sua economia.

Investimento ridículo

Recolhendo mais de 50% de todos os impostos federais da Região Norte, a Zona Franca de Manaus não disponibiliza, desde suas origens há 46 anos, um percentual do Produto Interno Bruto para equacionar seus gargalos de infraestrutura. É ridícula a parcela de investimento no setor.

NINGUÉM MERECE!

- Bastariam 2 a 2,5% do PIB a cada ano para equacionar o gargalo logístico regional e desencadear a redução crescente da dependência dos incentivos fiscais.
- O esvaziamento da ZFM está diretamente associado à perda de competitividade, aos custos da logística precária, cara e lenta, associada à burocracia emperrada...
- ... à escassez de pessoal no desembaraço, à demora no processo de internação e despacho de mercadorias. E apenas medidas de compensação fiscal não resolvem.
- Temos, agora, um marco regulatório para a questão portuária, uma licitação para a Siderama e um imbróglio jurídico estapafúrdio que protela o Porto das Lajes há cinco anos. Até quando?

CGCOM / Suframa 15 / 15